

Honório questiona Governo sobre Aleixo

Porto

— A concessão de benefícios fiscais à sociedade Gesfimo, do Grupo Espírito Santo, no âmbito da demolição do bairro do Aleixo, no Porto, levou o deputado da CDU na Assembleia da República Honório Novo a questionar o Ministério das Finanças e da Administração Pública. O comunista pretende saber se foram ou não deferidas isenções fiscais à Gesfimo, sob o argumento legal de que a operação urbanística naquela urbanização municipal é um projecto de reabilitação urbana.

No ano passado e depois do Ministério do Ambiente ter afir-

mado, em resposta a um requerimento do Bloco de Esquerda, que a intervenção não configura uma acção de requalificação e, por isso, não terá isenção, a Câmara do Porto desmentiu a informação, dando conta de que o Governo concedeu benefícios fiscais à operação do Aleixo.

A CDU procura esclarecer a matéria “controversa”, embora Honório Novo considere que o projecto de demolição do bairro do Aleixo “não pode, a qualquer título, ser assimilável a uma acção de reabilitação urbana, na acepção” do estatuto dos Benefícios Fiscais. O requerimento foi enviado no início desta semana. ■